

Hapvida
Assistência
Médica Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Quotistas e Administradores da
Hapvida Assistência Médica Ltda.
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Hapvida Assistência Médica Ltda. ("Empresa" ou "Hapvida"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hapvida em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base de Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Hapvida de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Hapvida continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Hapvida ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Hapvida são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Hapvida.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Hapvida. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Hapvida a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

Hapvida Assistência Médica Ltda.

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2016	2015
Circulante				Circulante			
Disponível		46.385	23.333	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde			
Realizável				Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG		259.331	214.670
Aplicações financeiras				Provisão de eventos a liquidar para o SUS		124.201	106.329
Aplicações vinculadas às provisões técnicas		260.449	209.350	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		49.527	38.002
Aplicações não vinculadas		718.512	429.770	Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		114.389	72.055
	4	978.961	639.120		8	547.448	431.056
Créditos de operações com planos de assistência à saúde				Débitos de operações de assistência à saúde			
Contraprestações pecuniárias a receber	5	299.834	249.521	Receita antecipada de contraprestações		45.277	40.822
Outros créditos com operações de assistência à saúde		2.586	1.484	Comercialização sobre operações de assistência à saúde		1.488	1.820
		302.420	251.005	Outros débitos de operações de assistência a saúde		128	2.437
Despesas diferidas	6	84.486	79.722			46.893	45.079
Créditos tributários e previdenciários		3.702	3.090	Tributos e contribuições a recolher	9	49.257	39.567
Bens e títulos a receber		17.037	8.981	Empréstimos e financiamentos		-	19
Total do ativo circulante		1.432.991	1.005.251	Débitos diversos	10	58.448	37.672
Não circulante				Total do passivo circulante		702.046	553.393
Realizável a longo prazo				Não circulante			
Créditos tributários e previdenciários		29.914	17.050	Exigível a longo prazo			
Depósitos judiciais	11	59.777	21.377	Tributos e contribuições a recolher	9	2.469	4.912
Títulos e créditos a receber		123	123	Provisões para ações judiciais	11	51.694	23.724
		89.814	38.550	Débitos diversos	10	21.733	20.353
Investimentos		-	5.097	Total do passivo não circulante		75.896	48.989
Imobilizado		19.869	19.122	Patrimônio líquido	12		
Intangível		1.547	2.043	Capital social		591.618	387.835
Total do ativo não circulante		111.230	64.812	Reservas de lucros		174.661	79.846
Total do ativo		1.544.221	1.070.063	Total do patrimônio líquido		766.279	467.681
				Total do passivo e do patrimônio líquido		1.544.221	1.070.063

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hapvida Assistência Médica Ltda.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde			
Contraprestações líquidas		3.135.051	2.510.607
Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(46.854)	(35.626)
		<u>3.088.197</u>	<u>2.474.981</u>
Eventos indenizáveis líquidos			
Eventos conhecidos ou avisados		(2.136.351)	(1.773.312)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		(42.335)	(13.331)
	14	<u>(2.178.686)</u>	<u>(1.786.643)</u>
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		<u>909.511</u>	<u>688.338</u>
Receitas de assistência a saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		2.256	6.192
Outras despesas operacionais com plano de assistência a saúde			
Outras despesas de operações com plano de assistência a saúde		-	(9.304)
Provisão para perdas sobre créditos		(120.974)	(92.024)
		<u>(120.974)</u>	<u>(101.328)</u>
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		(19.021)	(13.276)
Resultado bruto		<u>771.772</u>	<u>579.926</u>
Despesas de comercialização	15	(210.607)	(162.285)
Despesas administrativas	16	(391.658)	(308.712)
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras		131.762	80.166
Despesas financeiras		(16.787)	(27.675)
	17	<u>114.975</u>	<u>52.491</u>
Resultado patrimonial			
Receitas patrimoniais		1.929	1.900
Despesas patrimoniais		(1.028)	(16.599)
		<u>901</u>	<u>(14.699)</u>
Resultado antes dos impostos		285.383	146.721
Imposto de renda corrente		(71.801)	(37.331)
Contribuição social corrente		(26.299)	(13.487)
Imposto de renda diferido		9.459	5.646
Contribuição social diferida		3.405	2.033
Total	18	<u>(85.236)</u>	<u>(43.139)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>200.147</u>	<u>103.582</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hapvida Assistência Médica Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	200.147	103.582
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>200.147</u>	<u>103.582</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hapvida Assistência Médica Ltda.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015***(valores expressos em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014		<u>229.785</u>	<u>43.486</u>	-	<u>273.271</u>
Aumento de capital	12	158.050	-	-	158.050
Lucro líquido do exercício		-	-	103.582	103.582
Proposta da destinação do lucro					
Distribuição de lucros retidos (R\$ 0,11 por quota)	12	-	(43.486)	-	(43.486)
Distribuição de lucros retidos (R\$ 0,02 por quota)	12	-	-	(8.706)	(8.706)
Distribuição de juros sobre capital próprio (R\$ 0,04 por quota)	12	-	-	(15.030)	(15.030)
Constituição de reserva		-	<u>79.846</u>	<u>(79.846)</u>	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>387.835</u>	<u>79.846</u>	-	<u>467.681</u>
Aumento de capital	12	203.783	-	-	203.783
Lucro líquido do exercício		-	-	200.147	200.147
Proposta da destinação do lucro					
Distribuição de lucros retidos (R\$ 0,12 por quota)	12	-	-	(70.256)	(70.256)
Distribuição de juros sobre capital próprio (R\$ 0,06 por quota)	12	-	-	(35.076)	(35.076)
Constituição de reserva		-	<u>94.815</u>	<u>(94.815)</u>	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>591.618</u>	<u>174.661</u>	-	<u>766.279</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hapvida Assistência Médica Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		200.147	103.582
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais:			
Provisão para perda sobre créditos		120.974	92.024
Resultado de equivalência patrimonial		135	(1.439)
Depreciação e amortização		4.124	5.009
Baixa de bens do ativo imobilizado		67	6
Baixa do ativo intangível		35	177
Baixa de investimento		4.962	16.064
Provisão para eventos ocorridos e não avisados - PEONA		42.334	13.845
Provisões para ações judiciais		21.137	10.672
Provisão para juros sobre empréstimos		-	5
Rendimento de aplicação financeira		(68.440)	(27.657)
Impostos diferidos		(12.864)	(7.679)
(Aumento) diminuição das contas do ativo:			
Contraprestações pecuniárias a receber		(171.287)	(128.952)
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		(1.102)	(563)
Despesas diferidas		(4.764)	(18.921)
Créditos tributários e previdenciários		(612)	(1.721)
Aplicações financeiras - mantidas para negociação		13.652	(19.814)
Bens e títulos a receber		(8.056)	8.663
Depósitos judiciais		(38.400)	(7.425)
Aumento (diminuição) das contas do passivo:			
Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG		44.661	49.168
Provisão de eventos a liquidar para o SUS		17.872	16.323
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores de serviços assistenciais		11.525	6.822
Receita antecipada de contraprestações		4.455	9.529
Comercialização sobre operações de assistência à saúde		(332)	1.456
Outros débitos de operações de assistência à saúde		(2.309)	(17.452)
Provisões para ações judiciais	19	6.833	(10.125)
Tributos e contribuições a recolher		93.655	41.002
Débitos diversos		(1.548)	13.795
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações		276.853	146.394
Pagamento de IRPJ e CSLL		(91.669)	(29.961)
Pagamento de juros		-	(4)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		185.184	116.429
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimentos		-	(4.635)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado		(3.984)	(6.176)
Aquisição de intangíveis	13	(493)	(338)
Aplicações financeiras - títulos mantidos até o vencimento		(285.053)	(175.181)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(289.530)	(186.330)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento do capital	20	203.783	158.050
Distribuição de lucros	20	(70.256)	(52.192)
Pagamento de juros sobre capital próprio	20	(6.110)	(15.030)
Empréstimos e financiamentos - Amortização de principal		(19)	(113)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		127.398	90.715
Efeito inicial do caixa da controlada incorporada		-	47
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa no exercício		23.052	20.861
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		23.333	2.472
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		46.385	23.333

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Hapvida Assistência Médica Ltda. (“Hapvida” ou “Empresa”), com sede na Av. Heráclito Graça, na cidade de Fortaleza - Ceará, iniciou suas operações em 15 de julho de 1991 com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar sob o nº 36825-3 e tem por objeto a contratação de serviços hospitalares, de odontologia, de medicina, de exames auxiliares, de diagnósticos de tratamento e a comercialização destes serviços através de planos de saúde.

Atualmente, o Hapvida possui operações nas regiões Norte e Nordeste do Brasil e conta com 3.516.549 usuários (em 2015, 3.062.782 usuários) - fonte ANS, fevereiro/2017.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras individuais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas seguindo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa RN nº 322 de 28 de março de 2013, atualizado pela RN 344/2013, ambas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS .

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Empresa em 30 de março de 2017.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e algumas provisões técnicas, cuja metodologia considera a utilização de fluxo de caixa descontado.

A moeda funcional da Empresa é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas são reconhecidas no exercício em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 4 - Aplicações financeiras - classificação do instrumento financeiro;
- Nota 5 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber;
- Nota 8 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde; e
- Nota 11 - Provisões para ações judiciais.

3 Principais políticas contábeis

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

A Empresa reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Empresa em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Empresa classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Administração. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Empresa tem a intenção positiva e a intenção de manter até o vencimento.

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento incluem aplicações financeiras de curto prazo que estão vinculadas as provisões técnicas determinadas pela ANS.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Disponível

Disponível abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de curtíssimo prazo a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Contraprestações pecuniárias a receber

As contraprestações pecuniárias a receber são demonstradas pelo custo amortizado, menos provisão para perdas sobre créditos. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo, e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Risco para perda sobre créditos

Seguindo os critérios da ANS, na operadora Hapvida Assistência Médica Ltda. para os planos individuais com preço pré-estabelecido foram estimadas perdas para o saldo total dos contratos vencidos há mais de 60 dias. Para os demais contratos e créditos do Grupo foi constituída perda estimadas referente ao saldo total dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

Dispêndios/despesas de comercialização diferidas

Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais diferidas de acordo com a Resolução Normativa nº 322 de 27 de março de 2013 e alterações posteriores da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar e atualizações posteriores.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é paga, cancelada ou expirada.

A Empresa classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Outros passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos e débitos diversos.

b. *Investimentos*

As participações societárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

(i) *Combinações de negócios*

A Empresa aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC - 09, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Empresa no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Empresa no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

(ii) *Ágio na aquisição de investimentos*

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O ágio é submetido anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução no seu valor recuperável. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos construídos pela Empresa inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta; e,
- Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

O *software* adquirido que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado são as seguintes:

Imóveis	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas e equipamentos hospitalares	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	10 anos

d. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(i) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(ii) Amortização

Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Softwares	5 anos
Aquisição de carteiras	5 anos

e. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

f. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Empresa não possui benefícios a empregados pós-emprego.

g. Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais, exceto pelas contingências relacionadas a eventos, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25.

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Empresa tem uma obrigação legal ou construtivo presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(i) Provisões para ações judiciais

São constituídos levando-se em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em notas explicativas quando relevantes, os classificados como remotos não são reconhecidos nem divulgados.

(ii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) é calculada atuarialmente a partir da estimativa dos sinistros já ocorridos e ainda não avisados, com base em triângulos de *run-off* mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses, dos futuros pagamentos de eventos relacionados com ocorrências anteriores à data-base de cálculo, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A provisão de eventos a liquidar é constituída com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, incluindo os sinistros judiciais e custos relacionados atualizados monetariamente.

A provisão de eventos a liquidar para o SUS é calculada a partir das notificações enviadas pelo Sistema Único de Saúde representando obrigação legal de restituir as despesas em eventual atendimento de seus beneficiários.

A Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG) é calculada *pro rata dia*, com base nos prêmios do seguro saúde, sendo constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos a decorrer dos contratos de seguros, cuja vigência tenha se iniciado.

h. Receita operacional

As receitas com serviços prestados englobam as contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde. Estas receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com contraprestações são apropriadas considerando-se o período de cobertura do risco, pro rata dia, quando se tratarem de contratos com preços preestabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, juros sobre contraprestações recebidas em atraso e outras atualizações monetárias ativas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas bancárias, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, atualizações monetárias de impostos, descontos concedidos e outras atualizações monetárias passivas.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e a contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

k. Impostos correntes e diferidos

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

4 Aplicações financeiras

Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2016	2015
Mantidas para negociação	39.719	50.062
Certificados de depósitos bancários (a)	39.719	50.062
Mantido até o vencimento	939.242	589.058
Certificados de depósitos bancários (a)	229.523	245.549
Operação compromissada (b)	449.270	134.159
Fundo de investimento de renda fixa (c)	260.449	209.350
	978.961	639.120

(a) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remunerados a taxa média mensal de 87,4% a 107,0% do CDI (95,1% a 102,5% em 2015) com vencimentos entre janeiro de 2017 a dezembro 2021.

- (b) Operação compromissada consiste basicamente na compra de títulos públicos, com compromisso de recompra por parte da instituição financeira, com prazo definido e rendimento mensal que varia entre 100% a 102% do CDI (100% a 101% CDI em 31 de dezembro de 2015)
- (c) Cotas de fundos de investimentos de renda fixa não exclusivos os quais possuem a maioria de seus investimentos em títulos públicos, com rentabilidade bruta de impostos de 1,10% ao mês (1,07% em 2015).

Movimentação das aplicações financeiras

	Mantido até o vencimento	Mantidas para negociação	Total
Saldo em 01/01/2015	349.543	65.752	415.295
(+) Aplicações	267.477	-	267.477
(-) Resgates	(85.437)	(22.786)	(108.223)
(+) Rendimentos	56.302	7.096	63.398
(+) Incorporação	1.173	-	1.173
Saldo em 31/12/2015	<u>589.058</u>	<u>50.062</u>	<u>639.120</u>
(+) Aplicações	536.163	-	536.163
(-) Resgates (d)	(286.612)	(15.500)	(302.112)
(+) Rendimentos	100.633	5.157	105.790
Saldo em 31/12/2016	<u>939.242</u>	<u>39.719</u>	<u>978.961</u>

- (d) Os resgates das aplicações financeiras ocorrem majoritariamente em função do prazo de vencimento, sendo reinvestidos pela Empresa em títulos de natureza semelhante.

5 Contraprestações pecuniárias a receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos conveniados dos planos de saúde da Empresa, conforme segue:

	2016	2015
Planos médico-hospitalares		
Planos coletivos (a)	175.476	127.200
Planos individuais (b)	<u>153.213</u>	<u>135.501</u>
Subtotal	328.689	262.701
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(28.855)</u>	<u>(13.180)</u>
Total	<u>299.834</u>	<u>249.521</u>

- (a) Planos de saúde com cobertura médico-hospitalar contratados por pessoas jurídicas.
- (b) Planos de saúde com cobertura médico-hospitalar contratados por pessoas físicas.

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	2016	2015
A vencer	240.395	206.732
Vencidos		
Até 30 dias	58.946	34.317
De 31 a 60 dias	8.264	8.313
De 61 a 90 dias	6.825	5.337
De 91 a 120 dias	<u>14.259</u>	<u>8.002</u>
Total	<u>328.689</u>	<u>262.701</u>

A movimentação da provisão para perda no valor recuperável das contas a receber foi como segue:

	2016	2015
Saldos no início do exercício	13.180	4.997
Constituições líquidas	120.974	92.024
Reversões e baixas, líquidas	<u>(105.299)</u>	<u>(83.841)</u>
Saldos no final do exercício	<u>28.855</u>	<u>13.180</u>

6 Despesas diferidas

	2016	2015
Comissões diferidas com plano de saúde	79.047	76.966
Despesas pagas antecipadamente	<u>5.439</u>	<u>2.756</u>
Total	<u>84.486</u>	<u>79.722</u>

A Empresa optou por diferir as comissões pagas aos agenciadores pela comercialização de planos de saúde de acordo com a Resolução Normativa nº 322 de 27 de março de 2013 da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar e atualizações posteriores. As despesas pagas antecipadamente referem-se a permutas de publicidade a serem consumidas no próximo exercício.

7 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Empresa com suas partes relacionadas, quotistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

Hapvida Assistência Médica Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Parte relacionada	Transações		Saldos patrimoniais	
	Eventos conhecidos ou avisados (a)	Despesas administrativas (b)	Contraprestações líquidas (c)	Créditos diversos
Ultrasom Serviços Médicos Ltda.	197.842	-	-	14
Hospital Antônio Prudente de Natal Ltda.	35.384	-	-	-
Vida & Imagem Radiologia e Diagnósticos Ltda.	117.610	-	-	158
Vida & Imagem Diagnóstico Ltda.	10.593	-	-	-
Hospital Antônio Prudente da Bahia Ltda.	105.867	-	-	6
SAMESP Soc. de Assist. Médica Especializada Ltda.	47.103	-	-	8
OPS Serviços Médicos Hospitalares Ltda.	127.897	-	-	15
Hapclínicas de Serviços de Atenção à Saúde Ltda.	18.539	-	-	-
Clínica Ort. e Traum. de João Pessoa Ltda.	16.015	-	-	-
Hapclínica Clínicas Amb. de Serviço a Saúde Ltda.	19.019	-	-	-
Centro Hospitalar de Atenção à Saúde Ltda.	77.704	-	-	-
Unidade Hospitalar Antônio Prudente Ltda.	39.280	-	-	-
Unidade de Atenção Hospitalar Ltda.	13.984	-	-	19
Centro Integrado de Atenção à Saúde Ltda.	47.753	-	-	7
Hospital Antônio Prudente Ltda.	71.981	-	76	8
Luiz França Serviços Hospitalares Ltda.	-	-	-	-
Atendimed Serviços Médicos Ltda.	20.598	-	-	-
Hospital Francisca de Sande Ltda.	461	-	-	-
OPS Administração e Participações Ltda.	-	-	-	7
MaisOdonto Assist. Odontológica Ltda.	-	-	-	7
Atendimed Serviços Médicos Ltda.	-	-	-	10
Haptech Soluções Inteligentes Ltda.	-	-	-	71
Canadá Administradora de Bens Imóveis Ltda.	-	21.129	-	-
Total em 31 de dezembro de 2016	967.630	21.129	76	330
Total em 31 de dezembro de 2015	763.615	16.512	4.803	-

- (a) Referem-se a custos de atendimento médico/hospitalar de usuários dos planos de saúde Hapvida.
- (b) Refere-se a despesas de aluguel.
- (c) Referem-se a serviços prestados de assistência médica, hospitalar e diagnóstica para empregados das empresas relacionada acima.

As partes relacionadas com que a Empresa teve transações durante os exercícios de 2016 e 2015 fazem parte do Grupo Hapvida, empresas sob controle e administração comuns e que possuem a mesma estrutura administrativa e operacional.

As principais operações que geraram esses registros demonstrados nos quadros acima, referem-se a assistência médica, hospitalar e diagnóstica para seus usuários.

Remuneração dos administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os honorários dos administradores, foram apropriados ao resultado, na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, no montante total de R\$ 291 (R\$ 255 em 2015).

8 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

(a) Composição:

	2016	2015
Provisão de prêmios e contraprestação não ganha - PPCNG	259.331	214.670
Provisão de eventos a liquidar SUS	124.201	106.329
Provisão para eventos a liquidar para outros prestadores	49.527	38.002
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA	114.389	72.055
Total	547.448	431.056

A operadora está sujeita às seguintes exigências estabelecidas pela RN ANS nº 209/09:

	2016	2015
Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência		
Patrimônio líquido contábil	766.279	467.681
(+) Obrigações legais (*)	13.342	5.143
(+) Ativo não circulante intangível (**)	85	558
(-) Despesas diferidas	(114.400)	(96.772)
(-) Intangível	(1.546)	(2.043)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	663.760	374.567
Margem de solvência		
(A) 0,20 vezes dos prêmios - últimos 12 meses (**)	626.611	500.322
(B) 0,33 vezes da média dos sinistros - últimos 36 meses	582.715	466.568
Maior entre (A) e (B)	626.611	500.322
Percentual conforme RN ANS nº 313 para 31/12/2016	55,76%	48,38%
Margem de solvência	349.398	242.056
Suficiência	314.362	132.511

(*) De acordo com a Instrução Normativa ANS 50/2012, o montante de obrigações legais refere-se ao saldo contábil de provisões judiciais fiscais e tributárias, em 31 de dezembro de 2016, deduzido das baixas realizadas em períodos subsequentes aquela data.

(**) O montante de prêmios considera o percentual de ponderação de 10% para os planos administrados, na modalidade de preço pós-estabelecido, conforme Nota Técnica Atuarial aprovada pela ANS.

(***) Ativo não circulante intangível referente a gastos com aquisição de carteira de plano privado de assistência à saúde, desde que atendidas às exigências da regulamentação contábil vigente. Valor líquido da amortização da carteira.

- **Patrimônio mínimo ajustado:** Valor mínimo para operar no mercado de planos de saúde, determinado pela ANS, o qual é calculado com base na região de comercialização e do segmento da Empresa. A operadora está com patrimônio líquido ajustado superior ao limite, cujo valor total é de R\$ 663.760 (R\$ 374.567 em 31 de dezembro de 2015)
- **Margem de solvência:** A Empresa deve manter patrimônio líquido ajustado, superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior. De acordo com a RN ANS nº 313/2012 as operadoras têm que observar o percentual de 55,76% da margem de solvência calculada até

dezembro 2016. Até 31 de dezembro de 2016, a operadora possuía patrimônio líquido ajustado superior ao valor apurado, com base neste critério. O valor da Margem de Solvência calculada total é de R\$ 349.398 (R\$ 242.056 em 31 de dezembro de 2015).

- **Ativos garantidores:** As provisões técnicas exigem a constituição de garantias financeiras a serem mantidas de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 159/07. A operadora possui lastro suficiente para garantir todas as provisões técnicas constituídas.

(b) Movimentação das provisões técnicas:

	PPCNG	SUS	Eventos a liquidar	PEONA	Total
Saldos em 31/12/2014	165.502	90.006	29.868	58.210	343.586
Constituições	3.007.057	16.359	1.865.753	37.910	4.927.079
Reversões	(2.957.889)	(36)	-	(24.579)	(2.982.504)
Transferência para incorporação	-	-	798	514	1.312
Baixas	-	-	(1.858.417)	-	(1.858.417)
Saldos em 31/12/2015	214.670	106.329	38.002	72.055	431.056
Constituições	3.432.922	45.507	2.234.134	48.059	5.760.622
Reversões	(3.388.261)	(27.635)	-	(5.725)	(3.421.621)
Baixas	-	-	(2.222.609)	-	(2.222.609)
Saldos em 31/12/2016	259.331	124.201	49.527	114.389	547.448

9 Tributos e contribuições a recolher

	2016	2015
Imposto de renda pessoa jurídica	22.089	16.849
Contribuição social sobre o lucro	9.602	6.950
INSS sobre folha de pagamento	1.918	1.589
FGTS	705	529
PIS	710	346
COFINS	4.374	2.138
IR/ISS/PIS/COFINS/INSS Retidos	10.300	8.259
Parcelamentos consolidados	21	5.904
Parcelamento não consolidados	2.007	1.915
Total	51.726	44.479
Circulante	49.257	39.567
Não circulante	2.469	4.912
	51.726	44.479

10 Débitos diversos

	2016	2015
Juros sobre capital próprio a pagar	27.621	3.917
Contribuição ANS	16.524	4.144
Obrigações com pessoal	13.263	10.546
Fornecedores	8.799	7.179
Outros débitos a pagar	7.290	5.525
Débito a pagar sobre aquisição de investimento	1.475	7.557
Débito a pagar sobre aquisição de imóvel	-	2.947
Processos SUS/ANS	-	15.090
Acordo trabalhista	22	35
Outras exigibilidades de longo prazo	5.187	1.085
Total	80.181	58.025
Circulante	58.448	37.672
Não circulante	21.733	20.353
	80.181	58.025

11 Provisões para ações judiciais

A Empresa é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e contingências com o órgão regulador (ANS).

A Empresa provisiona a totalidade dos processos classificados como risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas.

	2016	2015
Provisões para ações tributárias	27.854	3.955
Provisões para ações cíveis	18.379	13.975
Provisões para ações trabalhistas	5.461	5.794
Total	51.694	23.724

Não existem causas provisionadas com valores individualmente significantes.

A Empresa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 59.777, em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 21.377 em 31 de dezembro de 2015).

	2016	2015
Depósitos judiciais tributários	40.351	4.234
Depósitos judiciais cíveis	15.332	12.685
Depósitos judiciais trabalhistas	4.094	4.458
Total	59.777	21.377

Abaixo detalhamos a movimentação ocorrida na provisão para contingências:

Saldos em 1º de janeiro de 2015		22.626
Adições e baixas, líquidas		10.672
Incorporação		551
Reversões		(10.125)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		23.724
Adições e baixas, líquidas		34.395
Reversões		(6.425)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		51.694

A Empresa discute outras ações para as quais a estimativa dos assessores jurídicos é de perdas possíveis no montante de R\$ 441.584 (R\$ 287.873 em 2015). Para essas ações, não foi constituída provisão contábil para fazer face às eventuais perdas, tendo em vista que a Empresa considera ter embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa. A seguir, demonstramos composição das ações com este prognóstico de possível:

Natureza	2016	2015
Tributárias (a)	372.131	229.141
Cível (b)	40.464	38.419
Trabalhistas (c)	<u>28.989</u>	<u>20.313</u>
Total	<u><u>441.584</u></u>	<u><u>287.873</u></u>

- (a) Referem-se, basicamente, a processos correspondendo a R\$ 280.758 cujo objeto são ações que discutem incidência de contribuições previdenciárias e sociais sobre a prestação de serviços de terceiros, pagamento a médicos, pagamento a contribuintes individuais, dentre outros. O restante do saldo está pulverizado em diversas causas de valores menos relevantes.
- (b) Referem-se, basicamente, às ações por reparação de danos materiais e morais, discussão acerca da obrigatoriedade do plano custear procedimentos, discussão acerca de procedimentos médicos, entre outros, que totalizam R\$ 26.055. O restante do saldo está pulverizado em diversas causas de valores menos relevantes.
- (c) Do total das causas possíveis de natureza trabalhista o montante de R\$ 21.589 referente às ações que discutem pagamento de horas extras e verbas rescisórias e trabalhistas, reconhecimento de vínculo empregatício, entre outros. O restante do saldo está pulverizado em causas de natureza diversa e valores menos relevantes.

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, no valor de R\$ 591.618 (R\$ 387.835 em 31 de dezembro de 2015), representado por 591.618.122 quotas (2015, 387.834.863 quotas) no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, de totalidade de sócios residentes e domiciliados no País, sendo 99,99% das quotas pertencentes à Hapvida Participações e Investimentos S.A..

b. Aumento de capital

O capital social que era de R\$ 387.835, foi aumentado para R\$ 591.618, mediante integralização de R\$ 203.783 (R\$ 158.050 em 31 de dezembro de 2015).

c. Reserva de lucros

Registra a retenção acumulada de lucros para futura utilização conforme decisão dos quotistas.

d. Lucros distribuídos

Em reuniões dos sócios, realizadas no decorrer de 2016 decidiu-se pela distribuição total de lucros de R\$ 105.332 (R\$ 67.222 em 2015), dos quais R\$ 70.256 relativos a parte do lucro apurado no exercício corrente e R\$ 35.076 distribuídos a título de juros sobre o capital próprio. A seguir está demonstrada a movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar:

Saldo de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) a pagar em 31 de dezembro de 2014	21
Dividendos propostos em 2015	52.192
JCP propostos em 2015, líquido de IRRF	15.030
Dividendos e JCP efetivamente pagos no exercício	<u>(63.308)</u>
 Saldo de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) a pagar em 31 de dezembro de 2015	 <u>3.935</u>
 Dividendos propostos em 2016	 70.256
JCP propostos em 2016, líquido de IRRF	29.814
Dividendos e JCP efetivamente pagos no exercício	<u>(76.365)</u>
 Saldo de dividendos e JCP a pagar em 31 de dezembro de 2016	 <u>27.640</u>

13 Gerenciamento dos riscos

Visão geral

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. A Empresa está exposta aos riscos de crédito, liquidez e taxas de juros provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração da Empresa que atua ativamente na sua gestão operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa.

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos cotistas e da Empresa.

A Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Riscos de créditos

Risco de crédito é o risco da Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contraprestações pecuniárias a receber, disponível e aplicações financeiras.

Risco de crédito para a Empresa é considerado como baixo pela Administração, tendo em vista que as mensalidades são pagas antes da prestação dos serviços e tem o direito de suspender eventuais inadimplências de longa data, adotando a prática, do cancelamento dos planos em atraso conforme regulamentado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A Empresa utiliza o controle da sinistralidade baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Empresa busca manter o nível de seu disponível e aplicações financeiras não vinculadas num montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (débitos diversos). A Empresa monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contraprestações pecuniárias a receber e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com débitos diversos. A Empresa mantém os índices de liquidez dentro dos níveis determinados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Empresa residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização de seus serviços. Somam-se a este montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos ativos e passivos financeiros contratados:

	31/12/2016			
	2017	2018	2019 em diante	Total
Ativos financeiros				
Disponível	46.385	-	-	46.385
Aplicações financeiras	96.212	364.929	517.820	978.961
Contraprestações pecuniárias a receber	<u>299.834</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>299.834</u>
Passivos financeiros				
Débitos diversos	(58.448)	(21.733)	-	(80.181)
Tributos e contribuições a recolher	<u>(49.257)</u>	<u>(194)</u>	<u>(2.275)</u>	<u>(51.726)</u>
Total	<u><u>334.726</u></u>	<u><u>343002</u></u>	<u><u>515.545</u></u>	<u><u>1.193.273</u></u>
	31/12/2015			
	2016	2017	2018 em diante	Total
Ativos financeiros				
Disponível	23.333	-	-	23.333
Aplicações financeiras	77.159	17.892	544.069	639.120
Contraprestações pecuniárias a receber	<u>249.521</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>249.521</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(19)	-	-	(19)
Débitos diversos	(37.672)	(20.353)	-	(58.025)
Tributos e contribuições a recolher	<u>(39.567)</u>	<u>(602)</u>	<u>(4.310)</u>	<u>(44.479)</u>
Total	<u><u>272.755</u></u>	<u><u>(3.063)</u></u>	<u><u>539.759</u></u>	<u><u>809.451</u></u>

Risco de mercado e análise de sensibilidade

A Empresa possui exposição a taxas de juros em suas aplicações financeiras relacionadas ao CDI (87,4% a 107%). Foram realizadas análises de sensibilidade em relação a possíveis variações nestas taxas de juros.

Na data de 31 de dezembro de 2016, a Administração estimou cenários de variação das taxas para os próximos 12 meses, considerando o cenário provável da taxa do CDI a 14,05% ao ano.

Tais taxas foram estressadas com aumento e redução em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os testes de sensibilidade dos cenários adversos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Saldo 31/12/2016	Risco	Cenário (-50%)	Cenário (-25%)	Cenário provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
		Variação do CDI					
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas)	260.449	(14,05%)	278.746	287.894	297.042	306.190	315.339
		Variação do CDI					
Saldo de aplicações financeiras (livres)	718.512	(14,05%)	769.987	794.225	819.463	844.701	869.938

14 Eventos indenizáveis líquidos

	2016	2015
Eventos conhecidos - coletivo	(1.599.258)	(1.327.779)
Eventos conhecidos - individual	(623.102)	(513.705)
(-) Glosa	76.971	70.375
(-) Recuperação por co-participação	26.910	14.120
Ressarcimento ao SUS	(17.872)	(16.323)
Variação da PEONA	<u>(42.335)</u>	<u>(13.331)</u>
	<u>(2.178.686)</u>	<u>(1.786.643)</u>

15 Despesas de comercialização

O valor de R\$ 210.607 (R\$ 162.285 em 2015) refere-se, basicamente, a despesas com comissões da comercialização dos planos de saúde da operadora diferidas de acordo com a Resolução Normativa nº 322 de 27 de março de 2013 da ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

16 Despesas administrativas

	2016	2015
Despesa com pessoal próprio	(109.252)	(94.186)
Despesa com serviços de terceiros	(100.323)	(77.986)
Despesa com localização e funcionamento	(118.373)	(90.048)
Despesa com publicidade e propaganda	(31.490)	(31.707)
Despesa com tributos	(587)	(402)
Provisão para ações judiciais	(26.927)	(13.605)
Despesas diversas	<u>(4.706)</u>	<u>(778)</u>
	<u>(391.658)</u>	<u>(308.712)</u>

17 Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações	109.313	63.349
Receita de juros por recebimento em atraso	21.001	16.567
Atualização monetária de créditos tributários	1.435	43
Outras	<u>13</u>	<u>207</u>
	<u>131.762</u>	<u>80.166</u>
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(6.318)	(17.589)
Atualização monetária	(1.407)	(1.331)
Encargos sobre tributos	(296)	(2.017)
Tarifas de cobrança	(6.476)	(5.275)
Outros	<u>(2.290)</u>	<u>(1.463)</u>
	<u>(16.787)</u>	<u>(27.675)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>114.975</u>	<u>52.491</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2016	2015
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>285.383</u>	<u>146.721</u>
Alíquotas combinada		
IRPJ	15%	15%
Adicional	10%	10%
CSLL	9%	9%
 Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	 <u>97.030</u>	 <u>49.885</u>
Ajuste para cálculo da taxa efetiva		
Adições		
Contingências passivas	11.694	3.628
Equivalência patrimonial negativa	173	119
Provisão para perdas sobre créditos	41.131	31.288
Amortização do ágio	-	5.462
Outras adições	944	268
 Exclusões		
Equivalência patrimonial positiva	(127)	(608)
Contingências passivas	(2.185)	(3.443)
Reversão provisão para perdas sobre créditos	(36.684)	(28.799)
Pagamento juros sobre capital próprio	(11.926)	(5.110)
Diferimento de órgãos públicos	-	(1.204)
Amortização do ágio	(1.092)	(668)
Outras exclusões	<u>(858)</u>	<u>-</u>
 Constituição de créditos fiscais diferidos	 <u>(12.864)</u>	 <u>(7.679)</u>
 Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	 <u>85.236</u>	 <u>43.139</u>
 Taxa efetiva	 30%	 29%

19 Cobertura de seguros

A Empresa adota a política de não contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. A Administração entende que em virtude da grande diversificação de suas unidades físicas o custo de contratação de seguros seria muito alto e incompatível com a média de gastos com sinistro, considerando que não houve gastos com sinistros nos últimos 5 anos. A Empresa adota como medida preventiva uma política forte de manutenção e segurança monitorada.

* * *

Cândido Pinheiro Koren de Lima
Presidente do Conselho de Administração

Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima
Diretor Presidente

Creusimar Barbosa Lima
Contadora CRC CE-010453/O

Rafael Sobral Melo
Atuário MIBA 1.572